

Epistemologias binárias: o discurso psi como engrenagem da transfobia

Binary epistemologies: the discourse of psychology as a mechanism of transfobia

Épistémologies binaires : le discours psy comme mécanisme de la transphobie

Ana Júlia Ramos de Lima¹

Domenico Uhng Hur²

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir e tensionar a problemática do discurso psi a serviço das tecnologias da transfobia. Como método, realizamos uma cartografia bibliográfica de textos que discutem a transfobia e tensionam a crítica a uma epistemologia psi que funciona como uma engrenagem transfóbica. A partir da provocação da literatura, consideramos a cisgeneride como uma categoria conceitual, assim como a transexualidade. Compreende-se a importância de combater os transepistemicídios que marginalizam a produção da ciência feita por pesquisadores trans. Para a produção de novas práticas, precisamos romper com os pactos de silêncio da branquitude e cisgeneride, nomear a cisgeneride como discussão e romper com concepções estereotipadas que rebinarizam e normatizam identidades trans.

Palavras-chave: Transexualidade; Transepistemicídio; Psicologia política

Abstract: The objective of this article is to discuss and tension the issue of psi discourse in service of transphobic technologies. As a method, we carried out a bibliographic cartography of texts that discuss the issue of transphobia and criticize a psi epistemology that works as a mechanism of transphobia. Based on a provocation from the literature, we consider cisgenderide as a conceptual category, as well as transsexuality. The importance of combating transepistemicides that marginalize the production of science carried out by trans researchers is understood. To produce new practices, we need to break with the silent pacts of whiteness and cisgendereness, name cisgendereness as a discussion and break with stereotypical conceptions that rebinarize and normalize identities.

Keywords: Transexuality; Trans epistemicide; Political psychlogy

Resumen ou Resumè: L'objectif de cet article est d'examiner la question du discours psy comme outil au service des technologies transphobes. Concernant la méthode, nous avons réalisé une cartographie bibliographique des textes abordant la transphobie et critiquant une épistémologie psi fonctionnant comme un mécanisme transphobe. En nous appuyant sur la mise en question proposée par la littérature, nous traitons la cissexualité comme une catégorie conceptuelle, au même titre que la transsexualité. Nous soulignons l'importance de lutter contre les transépistémicides, qui marginalisent la production scientifique des chercheurs trans. Pour instaurer de nouvelles pratiques, il faut rompre avec les pactes de silence de la blanchité et de la cissexualité, thématiser la cissexualité, et dépasser les conceptions stéréotypées qui rebinarisent et normalisent les identités trans.

Palabras claves: Transsexualité, Transépistémicides; Psychologia política

Introdução

As ciências psis, como a Psicologia e Psiquiatria, há anos se debruçam pela questão das sexualidades humanas, a partir de uma gama de referenciais teóricos, produzindo um conjunto

¹ Universidade Federal de Goiás

² Universidade Federal de Goiás

intrincado de desdobramentos que engendram desde concepções que reproduzimos a senso comum até políticas públicas e práticas profissionais.

A sexualidade humana aparece como um forte signo social. Observamos ao nosso redor, constantemente, discussões e problemáticas que perpassam o sexo e as sexualidades. Discute-se o corpo, os papéis sociais e as práticas sexuais. O sexo e a sexualidade atravessam com quem vamos relacionar e como, atravessa quanto seremos remunerados, a que políticas públicas teremos acesso e quais papéis sociais devemos desempenhar.

Discutir as práticas psis, por vezes, passa por um fenômeno de construção de uma suposta impessoalidade. Discutimos, debatemos e questionamos práticas de agentes fictícios, um Outro sem rosto, distante de nós, que carrega consigo um conjunto de movimentos que são perigosos para outrem.

As transexualidades aparecem como uns dos pontos de discussão das ciências psis ao estudarmos gênero e sexualidade. As produções teóricas podem tomar diversos caminhos, tanto no que tange a reprodução de perspectivas médico-biológicas, quanto no que tange a produção de novas óticas.

Jaqueleine Gomes de Jesus (2012, p. 3) descreve a transfobia como “o medo ou ódio a pessoas transexuais e travestis”, mas para além do conceito que se organiza como um fenômeno individual, se trata de uma questão de um conjunto de tecnologias que produzem um conjunto de condutas que cerceiam o espaço de existência de pessoas trans.

A transfobia, portanto, pode adotar diversas formas e estratégias e possui recursos que atuam em diversas áreas da vida. Para a discussão deste artigo, escolhemos pontuar os desdobramentos da transfobia na academia, considerando a importância das produções teóricas psis enquanto produtoras do discurso sobre o corpo e as sexualidades. Pois, nesse cenário, as ciências psis passam a fazer parte destas tecnologias de governamentalidade. Enquanto teoria e prática são capazes de produzir um conjunto de verdades sobre o corpo, que terão um peso de juiz e de pedagogo sobre experiências consideradas normais e anormais.

Nesse sentido, esse trabalho tem como objetivo discutir e tensionar a problemática do discurso psi a serviço das tecnologias da transfobia.

Como método de trabalho, realizamos, em um primeiro momento, um percurso teórico para delinear as estruturas normativas sobre as quais as ciências humanas, e consequentemente, as ciências psis se debruçam. Selecioneamos um conjunto de autores que introduzem conceitos fundamentais como sexo, gênero e outros para a discussão de uma construção epistemológica da transfobia. Também selecionamos textos que discutem questões pertinentes para a

manutenção de uma epistemologia psi que funciona como uma engrenagem da transfobia. Após a análise dos textos, selecionamos pistas para a construção de uma conduta que rompa com os enunciados normatizadores.

Destacamos que para a Análise Institucional e a Esquizoanálise, a perspectiva neutra na condução de uma pesquisa não é possível, uma vez que pesquisadoras e pesquisadores são constantemente atravessados por um conjunto de linhas que atravessam suas subjetividades, bem como suas intervenções produzem algo a partir da pesquisa (Romagnoli, 2014; Hur, 2022). Deste modo, lançamos mão do conceito de *análise de implicação*, que para a Análise Institucional implica o movimento de discussão da implicação do pesquisador na relação pesquisador-pesquisa-meio. Para fazermos esse movimento, consideramos as discussões sobre cisgeneridade e transexualidade, bem como os discursos produzidos sobre as transexualidades³.

Sexo, gênero e governamentalidade

Michel Foucault (1999) discute a questão da sexualidade a partir de uma provocação sobre o sexo. No ocidente, o sexo é apresentado como uma *petição dupla*, uma espécie de vértice a partir do qual a verdade sobre o ser é produzida. O autor afirma: “somos forçados a saber a quantas anda o sexo, enquanto ele é suspeito de saber a quantas andamos nós” (p. 74-75).

Em uma busca sobre uma suposta verdade sobre o ser, o sexo passa a ter um caráter valioso, um potencial composição sobre quem se é e como se opera no mundo. O sexo é deslocado do local de categoria biológica, deixa de ser uma categorização simples e passa a carregar um conjunto de enunciados, a compor um discurso do corpo.

Foucault discorre sobre a relação Ocidente e sexo elencando sua importância na composição dos binarismos sobre as verdades cunhadas sobre os seres humanos. O sexo perde o seu caráter não-discursivo e ganha um caráter racionalizado. A partir desse giro, são construídas lógicas de sexo e desejo, sob as quais o “eu” será dissecado e categorizado.

Entretanto, precisamos pontuar a importância do discurso sobre o sexo e as sexualidades. Para Foucault (1999), a partir do desenvolvimento do capitalismo surge também uma nova forma de política, que se denomina “bio-política da população”. Com o capitalismo, o corpo passa a ter um local central enquanto engrenagem na máquina da produção. A partir do

³ Esse trabalho é fruto da dissertação de mestrado “Transexualidades: Entre máquinas de opressão e possibilidades de resistência” produzida na Universidade Federal de Goiás, no programa de Pós-Graduação em Psicologia.

que Foucault chama de disciplinas, o corpo-útil se torna também corpo-dócil, a fim de ser assujeitado, de ter um conjunto de condutas produzidas.

Esse cenário criou a demanda do desenvolvimento de um conjunto de tecnologias de poder capaz de governar não só os indivíduos, mas criar um governo do corpo que priorizasse o potencial de utilidade do corpo e das populações, focando sempre na produção capitalista. Os diagramas de força do poder soberano e do poder da disciplina se sobrepõem sustentando uma governabilidade ainda mais sofisticada (Hur, 2018).

Essa sobreposição de diagramas de forças resulta que as tecnologias de poder se sofistiquem na sua incidência sobre os corpos e sejam capazes de produzir distintos efeitos no corpo e sobre o corpo.

Como ponto fundamental para essa discussão, é necessário discorrer sobre os conceitos de sexo e gênero. Constatamos, em revisão bibliográfica, que a produção teórica sobre sexualidade é atravessada por um conjunto de fatores que são herança de marcadores normativos, como racismo, machismo e transfobia. O sexo aparece na literatura, especialmente nas ciências médicas, mas também na psicologia instituída, a partir da concepção de uma divisão biológica, dada como natural, entre os corpos classificados como masculinos e femininos em detrimento dos aparelhos reprodutores com que nascem. O corpo do sexo feminino, portanto, disporia de um conjunto de hormônios, característica e genitálias correspondentes ao dito sexo feminino, enquanto o corpo do sexo masculino disporia de outras características. As genitálias são colocadas como um importante ponto de distinção nesse aspecto, uma vez que o pênis e a vagina carregam um forte signo nessa divisão dos sexos.

Além disso, é construído um conjunto de expectativas de uma espécie de signo cultural para os corpos, algo que diz respeito a performance, práticas romântico-afetivas, papéis sociais, etc. Jesus (2012) ilustra essa questão a partir do nascimento de uma criança, sobre a qual é depositada narrativas cunhadas a partir das concepções do que seria menina ou menino baseada no sexo biológico. A partir de um ultrassom, toda uma performance de vida é esperada de uma pessoa que sequer nasceu. Entendemos essa concepção de papéis, como gênero. O gênero diz da performance do corpo no mundo e possui essa ligação direta com a noção de sexo biológico.

Monique Wittig argumenta que o sexo é colocado como uma obrigatoriedade do corpo como um signo cultural (Butler, 2013). Destrinchando essa afirmação compreendemos que cada período histórico carrega um conjunto de possibilidades para o ser. O sexo, é para o corpo, uma das materializações dessas possibilidades de ser do corpo. Para tal, entendemos que o corpo é uma espécie de superfície, um terreno de possibilidades de formas de ser. Entretanto, é

importante localizar também que esse mesmo corpo está sujeito a inscrições políticas, normatizações e regulações.

O corpo manifesta modos de ser através de diversas práticas no mundo. O sexo biológico aparece como uma determinação dessas possibilidades. O sexo biológico feminino, para as instâncias normativas, por exemplo, garante que uma pessoa possa ser do sexo feminino e consequentemente uma mulher. Sobre esse mesmo corpo, dito feminino e de mulheres, serão depositadas tecnologias de poder pensadas para o controle dessa própria divisão imposta, por exemplo, a questão do aborto.

Essa relação sexo-gênero sustenta e se sustenta a partir das dicotomias homem/mulher, macho/fêmea, pênis/vagina e todos os seus desdobramentos. Judith Butler (2013) argumenta que esse sistema constrói uma matriz heterossexual, isto é, uma normatividade que atinge os corpos implicando um conjunto de regulações a partir do binômio da heterossexualidade. A heterossexualidade, isto é, o conjunto de práticas afetivo-romântico-sexuais entre pessoas de gêneros opostos, é apresentada como a norma, como algo inato, algo pré-estabelecido para todos os indivíduos, servindo como matriz de governamentalidade.

Diante desses entrecruzamentos de conceitos, sexo e gênero, Gayle Rubin (1993) discorre sobre a existência de um sistema sexo-gênero. A discussão que a autora traz parte do entendimento que existe uma economia que se beneficia dessa divisão patriarcal, isto é, em moldes que dividem homens e mulheres. Para a autora, cria-se um sistema onde a sexualidade biológica passa por um processo onde é transformativa em um subproduto das relações humanas (Leopoldo, 2020).

Essa cisão social dos gêneros conta também com um conjunto de estruturas outras que operam a fim de reforçar essa polaridade, como por exemplo, as relações de trabalho e o casamento. Essa polaridade homem-mulher demanda que esses sexos sejam complementares, e que suas práticas afetivo-romântico-sexuais estejam em função umas das outras. Por esse motivo, a heterossexualidade se apresenta como um ponto fundamental para a família e a reprodução, garantindo inclusive, um conjunto de expectativas e ferramentas de controle que incidem sobre os corpos das mulheres (Rubin, 1993).

As normas, que aqui explicitamos como a heterossexualidade, isto é, a mulher e o homem que carregam consigo, respectivamente, os signos biológicos e culturais do feminino e masculino, visam estruturar um sistema heteronormativo. A heterossexualidade possui uma força de contenção, cerceando as possibilidades de práticas e formas de ser, uma norma que dita a conjunto de condutas a serem seguidas por todos.

Para além de compreendermos a heterossexualidade como uma norma, é importante também, que a enxerguemos como uma instituição política - como aponta Adrienne Rich (2012) ao desenvolver o conceito de heterossexualidade compulsória. Existem um conjunto de instituições políticas e sociais que veiculam e sustentam não só a narrativa acerca de um amor heterossexual, bem como dos papéis de gêneros esperados nesse cenário.

Nesse momento, precisamos introduzir uma outra concepção fundamental para a nossa discussão. Se compreendemos um sistema onde o sexo é entendido como uma peça fundamental para a produção da conduta, ou seja, se o sexo implica uma normalidade ou não do comportamento, estamos lidando diretamente com o conceito de identidade. A identidade do ser é produzida a partir do sexo biológico em conjunto com as expectativas de gênero.

Funda-se então uma identidade de gênero. Para além das duplas, homem-mulher, masculino-feminino, essas instâncias se cruzam e formam uma obrigatoriedade. Para a pessoa que nasce com pênis é necessário que exista a performance do sujeito “homem” no mundo. O gênero, então, surge como uma identidade política, social e histórica.

Assim, a dicotomia sexo-gênero se mostra como ponto de debate de diversos âmbitos, não só das ciências psicologia, como por exemplo a religião e as ciências jurídicas. As questões relativas a sexo e gênero permeiam não só o corpo, como questões de reprodução da espécie, conduta, mercado de trabalho, saúde e outras questões. A questão do sexo-gênero é por si só, política. Reconhecer a natureza política dos discursos produzidos sobre o sexo-gênero é romper com as concepções da possibilidade, também de neutralidade dos discursos psicologia sobre o sexo e o gênero. Toda produção de epistemologias sobre o sexo-gênero serve a uma narrativa política e constrói um conjunto de possibilidades (Cannone, 2019).

Tomemos como exemplo a associação da homossexualidade à loucura. A partir do momento que as ciências psicologia constroem enunciados que afirmam existir uma sexualidade padrão, isto é, heterossexual, funda-se a concepção de anormalidade das outras sexualidades, possuindo o caráter de uma patologia.

Ademais, é preciso conceber que os saberes psicológicos se estendem à vida cotidiana das pessoas, visto que se trata de um campo que incide diretamente nos comportamentos, pensamentos e costumes. É um mecanismo de referência para as relações humanas, para pleitear ações e normativas políticas, formas de cuidado institucionais, educação das crianças e adolescentes. O efeito da Psicologia deve ser encarado com muita seriedade, visto que os registros históricos da formação da profissão relembram momentos taxativos em termos de direcionamento de controle e normatização de condutas legitimados via práticas psicológicas (Cannone, 2019, p. 32).

Cannone (2019) registra o exemplo do encarceramento compulsório da população LGBTQIAP+ na década de 60 no Brasil. Notamos nesse exemplo que existe um caminho epistemológico e político que se constrói. As ciências psis, com seu poder de juiz acerca de subjetividades, conclui que corpos que não se conformam com binarismos sociais, se apresentam como subjetividades patológicas, loucas, que precisam ser tratadas e curadas, e a partir disso, é retirada não só a capacidade de autodeterminação como a capacidade de autonomia desse corpo, que é marginalizado e excluído da sociedade.

Transexualidade e cisgeneridade

A questão da produção de saber sobre vivências e corpos trans é de suma importância. As ciências médicas e psis produzem uma gama de conhecimentos na sociedade, implicando a normatização de condutas de saúde, formulações políticas e a produção da conduta social. Deste modo, é necessário que possamos pontuar com delicadeza a fragilidade da pesquisa em Psicologia, especialmente considerando a seriedade da produção de um conhecimento que pode tanto operar como uma ruptura de normativas que criminalizam existência, quanto uma ferramenta de fortalecimento delas. Propomos então que possamos pensar pistas para romper com a reciclagem de conceitos normativos bem como a reprodução de epistemologias que contribuam para a violência contra pessoas trans.

Precisamos pontuar como a questão das transexualidades aparece no emaranhado teórico dos estudos sobre a sexualidade. A literatura que discute a questão da Psicologia e transexualidades, conta com nomes como Stona e Ferrari (2020), Stona e Carrion (2021), Pfeil e Pfeil (2023), e Oliveira (2023) que compreendem a importância de deslocar a cisgeneridade para o centro da discussão, recusando a cisgeneridade enquanto figurante na questão da transfobia nas práticas psis. O conceito “ofensa de nomeação” é proposto por Pfeil e Pfeil (2023) como um termo que discute a relação entre pessoas cis e a cisgeneridade enquanto conceito. Os autores discutem um fenômeno que ocorre a partir do momento em que pesquisadoras e pesquisadores trans deslocam o foco de discussão para a cisgeneridade. Para os autores, é importante que façamos um giro de análise para trazer a cisgeneridade para os olhos da pesquisa, ao invés de sustentarmos o movimento de dissecar as transexualidades. A partir do momento que não trazemos a cisgeneridade como ponto de discussão, somente as transexualidades, sustentamos que a cisgeneridade não pode ser colocada em xeque, como algo

que não é passível da discussão, carregando a concepção de uma suposta “normalidade” perante às transexualidades.

As transexualidades aparecem, para as ciências médicas e psis, como esse Outro, esse algo que não performa a partir dessa binariedade. A norma que é fundamentada a partir dessa combinação é referente à cisgeneridade e à transexualidade. Jesus (2012) descreve a cisgeneridade como “as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando ao nascimento” (p. 10). Portanto, uma mulher cis se trataria de uma mulher que nasceu com o corpo que é considerado feminino, a partir das normativas biológicas. Além disso, performa suas expressões de ser a partir do gênero, enquanto signo cultural, feminino.

A cisgeneridade é entendida como normal, enquanto as transexualidades recaem em um lugar da não compreensão. As transexualidades são vistas como o desvio, como a inadequação, como o corpo que “nasceu errado”. Um sistema cisheteronormativo, portanto, implica que o normal do ser humano é ser não só heterossexual, como também cisgênero. As transexualidades então, aparecem como algo a ser estudado, dissecado e compreendido. Para as ciências médicas e psis, é preciso tratar esse corpo que foge ao sistema, aplicando um conjunto de tecnologias que pode tanto adequar esse corpo ao sistema quanto marginalizá-lo.

Especialmente para a academia, as transexualidades são estudadas e discutidas enquanto uma categorização do ser, por vezes sendo compreendidas como um fenômeno, uma junção de sintomas ou uma categorização do ser. Pfeil e Pfeil (2023) discutem que se as transexualidades se tratam de uma classificação do ser, a cisgeneridade possui a mesma característica.

Entretanto, a cisgeneridade carrega uma espécie de passe-livre epistemológico, isto é, se apresenta como uma categoria indisponível para a discussão. As ciências psis carregam uma concepção da cisgeneridade enquanto categoria transcendental, fazendo das transexualidades, aquilo que foge da cisgeneridade, um desvio de um “padrão de normalidade” que seria representado pela cisgeneridade.

Enquanto pessoas transexuais possuem suas sexualidades, corpos, práticas sexuais etc. constantemente discutidos, a cisgeneridade permanece em um local inquestionável, que se sustenta a partir de um silêncio sobre ela. Podemos argumentar se tratar de uma espécie de normalidade velada, isto é, não diz se da norma, mas o silêncio a concretiza.

Pfeil e Pfeil (2023) discutem que esse local de não questionamento da cisgeneridade implica se desdobra não só na não discussão como também na recusa em discutir. Os autores denominam como ofensa de nomeação a recusa que pesquisadores demonstram em aceitar o caráter questionável da cisgeneridade.

A partir do momento em que a cisgenerideade é nomeada como conceito, pesquisadores erguem um conjunto de barreiras epistemológicas que impossibilitam essa discussão. Essa postura é apontada como semelhante à de uma pessoa que se sente ofendida ao ser nomeada de algo. Pfeil e Pfeil (2023) discutem a implicação de derrubar essas barreiras epistemológicas, uma vez que compreender a cisgenerideade enquanto uma categorização indicaria o seu caráter não-natural.

Diante desse cenário, Pfeil e Pfeil (2023) propõem uma provocação para espaços acadêmicos, o que chamam de contra-nomeação da cisgenerideade. Do mesmo modo que as transexualidades são nomeadas a partir de uma perspectiva que as categoriza, os autores propõem o movimento de contra nomear a cisgenerideade. Esse movimento carrega consigo uma potência de denúncia.

Para Pfeil e Pfeil (2023), nomear a cisgenerideade é um passo importante para a denúncia da cismorma, uma vez que enquanto não nomeamos a cisgenerideade, não produzimos saberes sobre ela e consequentemente não somos capazes de promover uma crítica à cismorma que problematize a teorização de que corpos trans se trata de algo que desvia de uma norma.

A pesquisa sobre as transexualidades, em muitas das vezes, se debruça em transformar o corpo trans em objeto de pesquisa. O corpo trans passa por um processo de objetificação epistêmica, que o vê não só como exótico, como um fenômeno que extrapola os limites da normalidade, como também algo que é incompreensível, quase como impossível (Benevides; Lee, 2018).

As transexualidades e seus corpos são objetos de estudo para uma espécie de categorização, mas não são vistas como produtoras de conhecimento em potencial, especialmente no que tange à produção de saber sobre seus próprios corpos e práticas românticas-afetivas-sexuais (Benevides; Lee, 2018).

Para além disso, como supracitado, a cisgenerideade é constantemente colocada como um dado inabalável. Essa categoria inquestionável da cisgenerideade se apresenta não só a caráter de não ser apresentada como objeto de estudo, mas também aparece enquanto construção do olhar dos pesquisadores, que imprimem suas cisgenerideades na produção de pesquisas sobre transexualidades.

Transepistemicídio nos campos do conhecimento e interseccionalidade

Benevides e Lee (2018) discutem que a academia constrói um movimento de Trans epistemicídio que “reflete a desvalorização, apagamento e extermínio dos saberes referenciais das pessoas trans, nas suas narrativas e contribuições para a ciência (Benevides; Lee, 2018, p. 253). Pesquisadores e pesquisadoras trans e travestis possuem seus trabalhos questionados e são frequentemente preteridos em espaços acadêmicos, impedindo que sejam construídas novas epistemologias.

As pesquisas sobre transexualidades desenvolvidas exclusivamente por pesquisadores cisgêneros garante a manutenção do olhar cis sobre as vivências transexuais, frequentemente desembocando em movimentos de categorização e nomeação de vivências, mitigando singulares e falando sobre a experiência do outro a partir de um olhar normativo, ainda que as intenções sejam “boas”.

Megg Rayara, educadora, promove essa discussão a partir dos conceitos de injustiça epistêmica e interseccionalidade. O conceito de injustiça epistêmica é cunhado por Miranda Fricker (2010) a fim de subverter as análises que fazemos sobre a relação entre a vida humana e a dicotomia justiça/injustiça. Para a autora, ao focarmos nas análises sobre a justiça, sustentamos que é a norma da experiência humana, enquanto a outra face dessa mesma moeda, a injustiça, acaba se tornando invisível, apesar de ter uma presença constante no cotidiano dos seres humanos (Kuhnen; Fricker, 2007).

A partir dessa tentativa de revelar os processos de injustiça diante dos campos de conhecimento, a autora comprehende existir um formato de injustiça em que, mediante noções preconceituosas, descredibiliza-se o outro, movimento este que a autora denomina injustiça epistêmica (Kuhnen; Fricker, 2007).

A autora vai adiante, e convoca para o debate o conceito de interseccionalidade criado por Kimberlé Crenshaw nos anos 80. Crenshaw (1989) propõe a ilustração do conceito a partir de uma história pessoal. A jurista relata que ao ser convocada para acompanhar um colega na faculdade de Harvard, ambos sendo pessoas negras, propôs um pacto de não compactuar com eventuais preconceitos raciais que poderiam ocorrer mediante uma academia majoritariamente branca.

Entretanto, na hora do evento, Crenshaw é convocada a entrar pela porta dos fundos, pois mulheres não podiam acessar pela porta da frente. Essa situação trouxe um conjunto de reflexões sobre os locais que ocupava. Ainda que existisse um pacto em relação a negritude,

Crenshaw continuava sendo mulher, o que também se apresentava como um recorte de exclusão naquele espaço.

A interseccionalidade aparece como um conceito que propõe que questões raciais, de gênero, sexualidade etc., se justapõem, que o conjunto de poderes que incidem sobre os corpos não atuam de forma isolada em movimentos que atinge raça ou gênero, mas se complexifica criando processos de exclusão singulares.

Esse argumento é extremamente rico para que possamos discutir a pesquisa nos estudos em Psicologia, especialmente quando pensamos em pesquisas que abordam gênero e sexualidade. A interseccionalidade nos aponta que os sistemas de opressão se articulam, criando novas tecnologias de exclusão e marginalização, que perpassam inclusive a nossa conduta enquanto pesquisadores.

Morais (2021) discute, a partir das proposições de E. Patrick Johnson, sobre a questão da interseccionalidade nos discursos sobre gênero e sexualidade. Primeiramente, é fundamental que não seja cometido o erro de deslegitimar a importância do giro epistemológico das discussões promovidas tanto por teóricas feministas quanto por acadêmicas que construíram e impulsionaram a teoria queer.

Jonhson (2001) discute sobre esse ponto questionando os espaços epistemológicos dos corpos negros e gays, por exemplo. Ao pensar as instituições como exclusivas, a sexualidade não comprehende a questão de raça desse corpo e o debate racial não contempla a questão da sexualidade dele. Deste modo, entende-se a importância de compreender que não se trata de um corpo negro e gay, mas de um corpo negro-gay, como um entrecruzamento com a sua vivência singular, bem como os processos que incidem sobre esse corpo.

Percebemos então que existe um problema central acerca das discussões teóricas que se afastam de uma perspectiva interseccional. Ao ignorarmos o conjunto de tecnologias racistas, LGBTfóbicas e patriarcais que se sobrepõem, criamos não-lugares para uma gama de existências que se encontram “parcialmente” em movimentos.

No caso de LGBTs racializados, por exemplo, em diversos momentos, as produções sobre sexualidade e gênero se distanciam de questões raciais, deixando de lado questões identitárias importantes, retirando de análise parte do que se é. A partir do momento que não consideramos identidades gays, lésbicas, travestis, trans, não bináries, etc., racializadas em nossas produções teóricas, estamos construindo um conjunto de enunciados que produzem conhecimento apenas sobre identidades LGBTQIAP+ brancas. A implicação desse percurso

teórico é ainda mais delicada, uma vez que, ao não discutirmos questões de raça, fortalecemos o pacto de silêncio da branquitude, que não nomeia e não se implica.

Os saberes psi, médicos e acadêmicos podem perpetuar um conjunto de saberes que deslocam modos de ser que não correspondem às perspectivas patriarcais, eurocêntricas e heteronormativas para um local de “Outro”, que por vezes possui um conjunto de sofrimentos atrelados a algo inerente a si próprios e não como resultado de um conjunto de discriminação interseccional.

Angela Davis (2016) exemplifica esse ponto ao discutir o relatório Moynihan, que entendia que os processos de opressão que atuavam sobre as famílias negras residiam não em conjunto de processos de discriminação racial, mas de uma desestruturação fruto de uma estrutura familiar matriarcal. Os estudiosos da época, em sua maioria brancos, ainda que tivessem uma perspectiva que não negassem a discriminação, debatiam as diferenças da estrutura família como resultantes em um conjunto de laços enfraquecidos, que deixavam homens negros de lado e criavam um sistema sem autoridade masculina, que seria supostamente fundamental para uma estrutura familiar.

Esse argumento de Davis (2016) traz uma discussão interessante sobre como certos conhecimentos racistas e patriarcais limitam uma possibilidade que desloca a responsabilidade do sofrimento para os oprimidos. Ademais, esse tipo de análise subverte a perspectiva de uma ruptura, que passa a ser entendida com uma falha e não como um modo de ser que denuncia a fragilidade das instituições que são dadas como normas.

É necessário questionar o acesso a saberes produzidos por pessoas que experienciam discriminação interseccional, tanto de uma ordem acadêmica quanto de intelectuais, especialmente pessoas que se enquadram em recortes interseccionais. É fundamental combater, como coloca bell hooks (1995), a posição do especialista branco, que traz uma visão quase antropológica sobre fenômenos que não ocorrem em seu corpo, que passam adiante enunciados que falam sobre outros.

Trazer essa ideia não é inferir que não podemos possuir uma visão crítica sobre fatos sem fazermos parte de interseccionalidades específicas, mas entender que ao consumirmos apenas autores brancos atuando como especialistas sobre questões relacionadas à negritude promovemos um duplo movimento, se assim podemos colocar. Ao mesmo passo que celebramos uma leitura branca sobre eventos que ocorrem em corpos negros, deslegitimamos a capacidade de intelectuais negros de construírem conhecimento acerca de suas próprias vivências (hooks, 1995).

Podemos pensar a partir da mesma perspectiva para analisarmos as produções psis sobre as transexualidades, uma vez que uma parte considerável da literatura, especialmente de anos anteriores, é produzida por pesquisadoras e pesquisadores cis. Oliveira (2023) apresenta a importante pontuação de que a bibliografia de base do ensino superior no Brasil como um todo conta com um conjunto de autores que não possuem suas etnias, sexualidade e identidades de gênero questionados.

Esse movimento da não-nomeação, algo que é discutido também por Pfeil e Pfeil (2023), aparece para Oliveira como uma espécie de pacto que renova a norma, uma vez que não é necessário questionar aquilo que é considerado um dado. Para a autora, esse movimento se organiza a partir de um pacto de silêncio. A autora apresenta que esse silêncio pode ser analisado a partir de dois movimentos:

- e) O silêncio sobre a cisgeneridade branca, que atua para estabelecer o homem branco cisgênero heterosexual como norma de humanidade;
- f) A negação da existência plena de travestis e mulheres transexuais, negras e brancas: invisibilidade e sub-representação no espaço acadêmico (Oliveira, 2023, p. 163).

Vemos então uma justaposição das questões que discutimos anteriormente. Pessoas brancas não são vistas como pessoas racializadas, uma vez que a branquitude não é categoria de análise, nem discussão, assim como pessoas cisgêneras não possuem suas identidades de gênero questionadas.

Ao mesmo tempo, o pacto de silêncio sustenta uma invisibilização no campo científico, uma vez que é promovido um apagamento epistemológico de produções teóricas de autoras e autores trans e travestis. Benevides e Lee (2018) argumentam acerca dessa recusa, do movimento de deslegitimação de saberes não-categorizantes e como essa postura contribui para o Trans Epistemicídio.

Preciado (2022, p. 38) aponta que precisamos “sacudir as tecnologias das bioescrituras do sexo e do gênero, assim como suas instituições”. É fundamental que participemos da disputa epistemológica-acadêmica a fins de sustentar uma despatologização, não só quanto conceito, mas nas práticas profissionais.

Se discutimos anteriormente que o sistema cisheteronormativo produz uma conduta não só cis, quanto heterosexual, seria um erro desconsiderarmos que esse sistema incide sobre nossos próprios corpos. O sistema cisheteronormativo faz uso de um conjunto de tecnologias

que são produzidas também pelas ciências psis, promovendo uma conduta profissional que sustenta suas normativas.

Psicólogas, psicólogos e psicologues trans, constantemente precisam se nomear e sustentar suas identidades políticas, que são frequentemente diminuídas em espaços acadêmicos e possuem suas epistemologias desconsideradas. A literatura recente nos mostra um grande movimento de revolução epistemológica, com o crescente números de produções teóricas que discutem não só questões sobre a transexualidade, mas diversas outras questões a partir de uma lógica que não perpassa um sistema cisgeneronormativo, produzidas por pesquisadores trans.

Entretanto, é inegável a importância da implicação de pesquisadores cis. É fundamental nos confrontarmos com o aspecto não-natural da cisgeneridade, que precisa ter sua ótica e práticas questionadas.

Considerações finais

As ciências psis estudam, questionam e produzem conhecimentos sobre a sexualidade desde a emergência de seus estudos. A sexualidade, o gênero, o sexo e seus entrecruzamentos são ferramentas políticas que incidem sobre os corpos, complexificando o cenário da pesquisa e produção de conhecimento das ciências psis.

As ciências psis são regimes de saberes que produzem, não só um arcabouço científico e teórico, mas influenciam em práticas sociais, pedagógicas, jurídicas e etc. O que será dito sobre o normal e o patológico possuem desdobramentos sociais que poderão valorizar ou mitigar a vida de grupos sociais.

A literatura nos mostra um conjunto de problemáticas relativas a essa questão, bem como pistas para a produção de um fazer psis que fuja de dicotomias normatizadoras. Em primeiro lugar, precisamos reconhecer esse lugar potencial da psicologia enquanto uma engrenagem da máquina-transfóbica.

Ainda que tenhamos pesquisadoras e pesquisadores atuais que busquem compreender fenômenos relativos à transexualidade, é fundamental que possamos romper com um olhar de pesquisa que objetifica vivências. Por vezes, pesquisadores assumem um olhar de uma investigação de transexualidades como fenômenos exóticos sobre os quais devem depositar enunciados e não experiências plurais de corpos diversos.

A cisgeneridade também aparece como um ponto de conflito teórico. As ciências psis costumam adotar uma postura que assume a cisgeneridade como um dado natural, algo

inquestionável. A literatura traz a provocação de uma contra-nomeação da cisgeneride, isto é, considerarmos a cisgeneride como uma categoria conceitual, assim como a transexualidade.

Ao fazermos esse movimento, rompemos com o pacto silencioso da cisgeneride enquanto algo inquestionável. Passamos então a questionar as nossas identidades de gênero, bem como a construção social dessa identidade, o que reflete não só nas práticas psis, como no olhar em pesquisa.

Questionar a cisgeneride é um ato subversivo que frequentemente encontra resistência no meio acadêmico, fazendo com que profissionais reajam de forma negativa, o que a literatura nomeia como “ofensa de nomeação”. A partir do momento que pesquisadores e estudiosos psis recusam a nomeação da cisgeneride enquanto conceito, reforçam enunciados binários sobre as identidades de gênero.

Em meio a esse cenário, crescem as publicações de psicólogas, psicólogos e psicologues trans, que pesquisam e produzem conhecimento que promove ruptura com as instâncias normativas, ocupando a academia com outras possibilidades de ser e existir no mundo. Entretanto, esse movimento encontra impasses, por vezes ocorrendo boicotes e interdições no que tange a produção de conhecimento, o que é chamado de transepistemicídio.

Além disso, identidades trans perpassam um conjunto de experiências que precisam ser consideradas a partir de uma perspectiva interseccional. A cisgeneride e a branquitude, que ocupam a maioria dos espaços acadêmicos se fortalece num pacto do silêncio que ao mesmo tempo que se nega, isto é, não conhece a própria branquitude e cisgeneride, apaga existências pretas e trans, ao passo que se nega a falar sobre elas.

Por fim, entendemos a complexidade das ciências psis enquanto duplo potencial, isto é, tanto de ruptura quanto de manutenção de perspectivas normativas. É preciso romper com os olhares desimplicados, compreendendo que a cisgeneride e a branquitude também são categorias de análise que carregam consigo a produção de uma conduta que afeta diretamente pessoas trans e pretas.

Ao promovermos um olhar crítico e implicado, entendemos que a conduta psi não está dissociada de um conjunto de enunciados que produz agenciamentos não só sobre o profissional como na sociedade como um todo. É preciso que busquemos estratégias para um fazer psi que fuga de normatizações viciosas e práticas excludentes.

Referências

- BENEVIDES, B. G.; Lee, D. Por uma epistemologia das resistências: apresentando saberes de travestis, transexuais e demais pessoas trans. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 9, n. 2, p. 252-255, 2018.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão de identidade. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- CANNONE, L. A. R. Historicizando a transexualidade em direção a uma psicologia comprometida. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, 2019. p. 21-34. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003228487>. Acesso em: 02 jul. 2024.
- CRENSHAW, K. W. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, Chicago, v. 1989: n. 1. 139-167. 1989. Disponível em: <http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>. Acesso em: 04 jul. 2024.
- DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Trad. M. T. da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.
- FRICKER, M. Replies to alcoff, goldberg, and hookway on epistemic injustice. **Episteme**, v. 7, n. 2, p. 164-178, 2010
- hooks, b. Intelectuais negras. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, 464-478, 1995. DOI: Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465>. Acesso em: 15 jul. 2024.
- HUR, D. U. **Psicologia, política e esquizoanálise**. Campinas: Alínea, 2018
- HUR, D. U. **Esquizoanálise e esquizodrama**: clínica e política. Campinas: Alínea, 2022.
- JESUS, J. G. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. 2. ed. Brasília, [s. n.], 2012
- JOHNSON, P. E. "Quare" studies, or (almost) everything I know about queer studies I learned from my grandmother. **Text and Performance Quarterly**, v. 21, n.1, p. 1-25, 2001. DOI: 10.1080/10462930128119. Disponível em: [https://www.york.ac.uk/media/english/documents/newsandevents/E.%20Patrick%20Johnson%20Quar e%20\(1\).pdf](https://www.york.ac.uk/media/english/documents/newsandevents/E.%20Patrick%20Johnson%20Quar e%20(1).pdf). Acesso em: 20 jun. 2024.
- KUHNEN, T. A.; FRICKER, M. Epistemic injustice: power and the ethics of knowing. **Princípios: Revista de Filosofia** (UFRN), v. 20, n. 33, p. 627-639, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/7531>. Acesso em: 05 maio 2024.
- LEOPOLDO, R. **Cartografia do pensamento queer**. Salvador: Editora Devires, 2020.
- MORAIS, F. L. **Analítica quare**: como ler o humano. Salvador: Editora Devires, 2021.
- OLIVEIRA, M. R. G. A cobaia agora é você! cisgeneridade branca, como conceito e categoria de análise, nos estudos produzidos por travestis e mulheres transexuais. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 6, n. 1, p. 157-178. 2023.

PFEIL, B. L.; PFEIL, C. L. A cisgeneridade como diferença: o caráter institucional da ofensa da nomeação. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 23, n. 242, p. 95-104. 2023. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/67821>. Acesso em: 02 jul. 2024.

PRECIADO, P. B. **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: n-1 Edições, 2022.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas - Estudos Gays: Gêneros e Sexualidades**, v. 4, n. 05, p. 18-44, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309>. Acesso em: 02 jul. 2024.

ROMAGNOLI, R. C. O conceito de implicação e a pesquisa-intervenção institucionalista. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 1, 2014, p. 44-52. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100006>. [online]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/NqxkBHNRmdShkZcgZJ4zg5M/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 jul. 2024.

RUBIN, G. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a “economia política” do sexo. Trad. C. R. Dabat. Recife: SOS Corpo. 1993.

STONA, J.; FERRARI, A. O cissexismo como uma norma não escrita da psicanálise:(ou: para que serve o gênero à clínica?). **Periódicus**, Salvador, v. 2, n. 13, p. 102-118, maio 2020.

STONA, J.; CARRION F. **O cis no divã**. Salvador: Editora Devires. 2021.

Sobre a autor e o autor

Ana Júlia Ramos de Lima: Psicóloga formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG).
E-mail: najuramos@gmail.com

Domenico Uhng Hur: Professor de Psicologia da UFG. Psicólogo, mestre e doutor em Psicologia Social pela USP, com estágio doutoral na Universitat Autònoma de Barcelona e pós-doutorado na Universidade de Santiago de Compostela (Espanha).
E-mail: domenico.hur@gmail.com

Recebido em: 25 de setembro de 2024

Aprovado em: 18 de maio de 2025